



PD.SAF.04.2011

Arguido: atleta [REDACTED]

## ACÓRDÃO

Acordam os membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem:

### 1. Relatório

No dia 10 de Fevereiro de 2010, o Sr. Presidente do Conselho de Disciplina (CD) da Federação Portuguesa de Canoagem (FPC), à data em exercício, decidiu instaurar processo disciplinar a [REDACTED] atleta do Clube [REDACTED], com fundamento no alegado incumprimento por parte do atleta das convocatórias feitas para participação nos estágios da Seleção Nacional de Velocidade, categoria Sénior, realizados de 16 a 29 de Novembro de 2009 e de 7 a 19 de Dezembro de 2009, no Centro Nacional de Canoagem, em Montemor-o-Velho, com consequente falta a esses mesmos estágios (fls. 2).

Na mesma data, como instrutor, foi nomeado o Sr. Dr. Bruno Leite Carvalho (fls. 2).

No dia 11 de Fevereiro de 2010, o processo foi autuado pelo Sr. Instrutor contendo documentação vária atinente às convocatórias feitas ao atleta e às justificações apresentadas para não comparência a estágio, designadamente, convocatórias remetidas pelo Departamento Técnico da FPC ao Clube do atleta, emails e carta remetidos pelo [REDACTED] à FPC, declarações subscritas pela Universidade Fernando Pessoa, carta dirigida pelo Presidente da FPC à Universidade Fernando Pessoa e carta dirigida por esta Instituição de ensino à FPC (fls. 1 a 13).

Mais tarde, a 3 de Julho de 2011, cerca de 1 ano e 4 meses depois da instauração do processo, o Sr. Presidente do CD da FPC, à data em exercício, proferiu o seguinte despacho:

*“O instrutor nomeado nos autos – Sr. Dr. Bruno Carvalho – informou o Conselho de Disciplina que, por motivos profissionais, encontra-se indisponível para continuar a instrução do presente processo.*

*Neste contexto, determino a sua substituição pelo Sr. Dr. Sérgio Agostinho Ferreira, Advogado, com domicílio profissional em Vila Nova de Famalicão, o qual passa a exercer as funções de instrutor dos presentes autos disciplinares” (fls. 14).*



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

No dia 30 de Novembro de 2011, o novo Instrutor procedeu à notificação do arguido da instauração do procedimento disciplinar (fls. 15 a 17).

No dia 1 de Março de 2012 foi deduzida nota de culpa (fls. 18 a 27), imputando-se ao atleta a prática da infracção disciplinar prevista na alínea a) do ponto 3.4 do Regulamento Disciplinar e nos números 4 e 5 do ponto 10.1 do Anexo I do Código de Conduta dos Praticantes da FPC, entrado em vigor em 2006, a saber:

- “incumprimento reiterado de ordens ou instruções emanadas dos órgãos competentes da Federação Portuguesa de Canoagem;

- falta aos trabalhos, treinos, estágios e concentração da Selecção Nacional depois de aceite a convocatória;

- beneficiando o infractor de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição e do Projecto Olímpico “Londres 2012”, recusou cumprir os deveres inerentes a um atleta que se encontra neste regime”.

Incorrendo em infracção de “suspensão de toda a actividade desportiva por um período de dois a três meses ou de três a cinco provas”, nos termos das citadas normas regulamentares.

No dia 12 de Março de 2012, o atleta apresentou a sua defesa, invocando, previamente, a prescrição das infracções e alegando igualmente não ter cometido qualquer das infracções por que fora acusado (fls. 28 a 38).

Não foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo arguido na defesa, uma vez que não compareceram nas datas agendadas pelo Instrutor, não justificaram a ausência ou não propuseram data alternativa para inquirição (fls. 51 a 62).

No dia 10 de Novembro de 2012, o Sr. Instrutor encerrou a fase de instrução, acusação e defesa, e apresentou relatório final e proposta de decisão (fls. 63 a 67). Na proposta que apresentou, o Sr. Instrutor conclui pela verificação de prescrição da infracção e propõe, por isso, o arquivamento dos autos.

### 2. Matéria de facto provada

1. [REDACTED] é portador da licença federativa n.º [REDACTED]
2. [REDACTED] integrava, à data dos factos, o quadro do Clube [REDACTED].





## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

3. Durante a época desportiva de 2009, [REDACTED] foi convocado para a realização de diversos estágios das Selecções Nacionais de Canoagem na categoria de seniores.

4. Todavia, e apesar de devidamente notificado, [REDACTED] faltou aos Estágios da Selecção Nacional de Velocidade no escalão de seniores masculinos realizados entre os dias 16 a 29 de Novembro de 2009 (primeira convocatória) e 7 a 19 de Dezembro do mesmo ano (segunda convocatória), que tiveram lugar no Centro Nacional de Canoagem, em Montemor-o-Velho.

5. O atleta foi notificado da primeira convocatória por ofício da FPC expedido a 5 de Novembro de 2009.

6. No dia 13 de Novembro de 2009, o Clube [REDACTED] comunicou à FPC, por meio de correio electrónico, a ausência do atleta [REDACTED] ao estágio de Novembro por motivos "(...) escolares, nomeadamente, a elaboração e apresentação de trabalhos e realização de frequência".

7. Para tal, juntou declaração da Universidade Fernando Pessoa, datada de 12 de Novembro de 2009, atestando que o atleta teria defesa de trabalho à disciplina de Fundamentos de Reabilitação e defesa de trabalho e frequência à disciplina de Métodos e Técnicas de Avaliação Funcional, a 19 e 20 de Novembro de 2009.

8. O atleta fez ainda chegar aos Serviços da FPC nova declaração, a 18 de Novembro de 2009, atestando o agendamento da defesa de trabalho às disciplinas de Psicomotricidade II e de Métodos e Técnicas de Avaliação Funcional, a 25 e 27 de Novembro de 2009.

9. O atleta foi notificado da segunda convocatória por ofício da FPC expedido a 30 de Novembro de 2009.

10. No dia 5 de Dezembro de 2009, o Clube [REDACTED] comunicou novamente à FPC, por meio de correio electrónico, que o atleta "(...) por motivos escolares, nomeadamente a realização de frequências e trabalhos na sua Universidade, não vai poder participar no estágio de 7 a 19 de Dezembro".

11. No dia 9 de Dezembro de 2012, o Clube [REDACTED], por meio de nova comunicação enviada aos serviços da FPC, apresentou declaração emitida pelos serviços da Universidade Fernando Pessoa, datada de 4 de Dezembro de 2009, atestando que o atleta teria de realizar a defesa de trabalhos e frequências entre os dias 7 e 18 de Dezembro de 2009.

12. [REDACTED] era, à data dos factos, atleta com estatuto de Atleta de Alto Rendimento.



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

13. No dia 16 de Dezembro de 2009, o Sr. Presidente da FPC dirigiu ofício à Universidade Fernando Pessoa a solicitar informação sobre as razões pelas quais o atleta [REDACTED] não tem podido usufruir dos direitos inerentes ao Estatuto de Atleta de Alto Rendimento e sobre o modo de contribuir para, em conjunto, ser encontrada forma de providenciar ao atleta as condições necessárias à sua preparação rumo aos Jogos Olímpicos de Londres 2012.

14. Em resposta a essa missiva, a Universidade Fernando Pessoa, por carta de 4 de Janeiro de 2010, declarou o seguinte:

- "(...) vimos informar que o referido aluno está matriculado e a frequentar o Curso de Reabilitação Psicomotora nesta Universidade, com o estatuto de Atleta de Alta Competição, nunca foi por nós impedido de usufruir dos direitos do referido estatuto. (...) se há qualquer falha não é da nossa parte pois temos plena consciência que o aluno tem direitos e deveres que devem ser cumpridos. As declarações são passadas a pedido do aluno de acordo com as marcações estabelecidas pelos docentes e alunos da respectiva turma, as datas das defesas dos trabalhos, bem como as datas das frequências do aluno [REDACTED] [REDACTED] podem sempre ser alteradas de acordo com as responsabilidades do atleta. Claro que terá que ser o aluno interessado em pedir as respectivas alterações de acordo com as suas responsabilidades de atleta de alta competição (...)"

15. [REDACTED] não solicitou à Universidade Fernando Pessoa a alteração das datas das frequências e das defesas de trabalhos supra mencionados.

16. O atleta agiu de forma livre, consciente e voluntária, bem sabendo que constituía obrigação sua comparecer aos estágios da Selecção Nacional para os quais fora convocado.

### 3. Fundamentação de facto

Para prova dos factos atrás enunciados, apoiámo-nos, exclusivamente, nos documentos juntos aos autos de fls. 2 a 13 e 37, a saber, convocatórias da FPC dirigidas ao clube e ao atleta, emails remetidos pelo [REDACTED], declarações da Universidade Fernando Pessoa, ofício da FPC e missiva da Universidade Fernando Pessoa; documentos estes que, analisados de forma global e conjugada, permitem, para além de qualquer dúvida razoável, dar como provada a factualidade supra.

Para além desta, não foi produzida qualquer outra prova, designadamente, testemunhal.





## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

### 4. Fundamentação de direito

Vem o atleta acusado da prática das seguintes infracções:

- infracção grave de “incumprimento reiterado de ordens ou instruções emanadas dos órgãos competentes da Federação Portuguesa de Canoagem” prevista no ponto 3.4, alínea a), do Regulamento Disciplinar da FPC (RD);
- infracção leve de “falta aos trabalhos, treinos, estágios e concentração da Selecção Nacional depois de aceite a convocatória” prevista no ponto 10.1, número 4, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD;
- infracção leve de “recusa sem justificação em aceitar convocação para a selecção, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição” prevista no ponto 10.1, número 5, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD.

Alega, porém, o arguido, na nota de culpa, que “[a]s supostas infracções foram cometidas em Novembro e Dezembro do ano de 2009, pelo que de acordo com o previsto nos pontos 5.8. e 6.6. do regulamento disciplinar as mesmas e o presente procedimento disciplinar já se encontram prescritos. Prescrição que se invoca para os devidos e legais efeitos”.

Vejamos, por partes, pois ao passo que a alegada prescrição do procedimento obsta ao conhecimento dos factos, já a eventual prescrição das infracções tem como consequência a impossibilidade de exigir responsabilidade disciplinar.

#### i) Da alegada prescrição do procedimento – ponto 6.6 do RD

Dispõe o ponto 6.6 do RD que “[o] direito de instaurar procedimento disciplinar prescreve passados três meses, seis meses ou nove meses consoante se trate respectivamente de infracção leve, grave ou muito grave, a contar da data em que a infracção é conhecida por quem tem competência para a instauração”.

Neste sentido, para verificar se o procedimento disciplinar prescreveu ou não temos de avaliar se entre a *data do conhecimento dos factos por parte do anterior CD* (órgão com competência para a instauração) e a *data de instauração do processo* decorreram mais de três meses.

Compulsados os presentes autos, facilmente se verifica que os factos típicos imputados ao atleta remontam aos meses de Novembro e Dezembro de 2009, tendo ocorrido, mais concretamente, a 13 de Novembro de 2009 (data da primeira recusa da convocatória) e a 5 de Dezembro desse mesmo ano (da segunda recusa da convocatória).



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Por outro lado, o procedimento disciplinar foi instaurado pelo anterior Presidente do CD a 10 de Fevereiro de 2009.

Assim, mesmo não conhecendo a data em que o CD tomou conhecimento dos factos (obviamente depois de terem ocorrido), o certo é que entre a data da prática dos mesmos e a data de instauração do procedimento decorreram menos de 3 meses.

Não se verifica, pois, a alegada prescrição do procedimento disciplinar.

### **ii) Da prescrição das infracções – ponto 5.8 do RD**

Como se referiu, o atleta foi acusado da prática de três infracções, uma de natureza grave e duas de natureza leve.

Ora, estipula o ponto 5.8 do RD que:

- “[a]s infracções disciplinares prescrevem ao fim de três anos, dois anos ou seis meses, consoante se trate de infracções muito graves, graves ou leves, começando a contar o respectivo prazo a partir da data em que a infracção foi cometida” (n.º 1); e que

- “[a] prescrição interrompe-se no momento em que é registada a instauração do procedimento disciplinar, voltando a correr o prazo se o processo permanecer parado mais de três meses por causa não imputável ao infractor” (n.º 2).

O prazo de prescrição depende sempre, portanto, do tipo de infracção em causa:

- se for leve, o prazo é de 6 meses;
- se for grave, de 2 anos; e
- se for muito grave, de 3 anos;

E esclarece o ponto 3.2. do RD que “[a]s infracções em matéria disciplinar previstas neste Regulamento classificam-se em leves, graves e muito graves”, tipificando os pontos 3.2, 3.3 e 3.4. do mesmo RD quais os comportamentos susceptíveis de integrar cada uma das categorias.

Assim sendo, para aferir da eventual prescrição, necessário é, antes de mais, subsumir os factos considerados provados aos ilícitos disciplinares de modo a saber se o arguido praticou alguma infracção e, se sim, qual a respectiva gravidade, pois dessa qualificação depende, depois, o juízo de exigibilidade ou não da responsabilidade disciplinar.

Como se viu, resulta provado que o arguido incumpriu duas convocatórias que lhe foram dirigidas pelo Departamento Técnico da Federação Portuguesa de Canoagem para participação em dois estágios da Selecção Nacional, realizados de 16 a 29 de





## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Novembro de 2009 e 7 a 19 de Dezembro de 2009, faltando, por isso, aos trabalhos, treinos, estágios e concentração da Selecção Nacional.

Mais se apurou que o arguido tomou conhecimento efectivo e atempado das convocatórias.

Porém, e em resposta a tais convocações, alegou que não poderia comparecer aos estágios por ter de apresentar defesas de trabalhos e realizar uma frequência por ocasião dos citados estágios, para o que juntou três declarações subscritas pela Universidade Fernando Pessoa a atestar tais obrigações escolares.

O atleta não aceitou, portanto, em momento algum, a convocatória. Ao invés, recusou-a (no entender dele, justificadamente).

É, portanto, a legitimidade da recusa que está sub judicio. É ou não válida nos termos em que ocorreu?

Não se questiona o direito do atleta, também aluno, de, nesta última qualidade, poder cumprir as suas obrigações escolares. Pelo contrário. O regime dos atletas de alto rendimento salvaguarda, expressamente, a conciliação da preparação e participação nas competições desportivas com a realização das provas de avaliação de conhecimentos, zelando assim pelo cumprimento com sucesso de ambas as obrigações de natureza desportiva e escolar (cf., entre outros, arts. 13º a 22º do Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de Outubro).

Não pode, todavia, o atleta – dispondo de tais prerrogativas – escudar-se no cumprimento das obrigações escolares para faltar ao cumprimento das suas obrigações desportivas; e vice-versa. Deve, isso sim, servindo-se das regalias conferidas por tal estatuto, procurar, diligentemente, conciliar umas e outras.

Perante este quadro legal, o atleta poderia e, sobretudo, deveria – sem prejudicar os estudos – ter procurado conciliar o cumprimento das suas obrigações desportivas com as obrigações escolares, o que não resulta demonstrado nos autos.

Aliás, conforme resulta da missiva remetida pela Universidade Fernando Pessoa à FPC, as datas de defesa dos trabalhos e frequência poderiam, porventura, ter sido alteradas a pedido do atleta, que, contudo, nunca o requereu. Não o tendo feito, não se nos afigura que tais declarações juntas os autos possam ser consideradas suficientes para justificar o não cumprimento por parte do arguido das convocatórias para os dois estágios.

Não logrou, por isso, o atleta afastar a ilicitude disciplinar nem tão-pouco a culpa por tais incumprimentos das convocatórias e consequentes faltas de comparências aos trabalhos da Selecção Nacional para que foi regularmente convocado.



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Dito isto, cumpre então apreciar se o atleta cometeu alguma infracção, se sim, qual (ou quais) e se a responsabilidade disciplinar ainda é exigível, ou se, ao invés, já se extinguiu por prescrição.

Ora, considerando a factualidade atrás exposta, não pode o atleta ser acusado de ter “ter aceite a convocatória” e depois “ter faltado aos trabalhos”, porque, faltando, de facto, aos dois estágios sempre se mostrou indisponível para acatar a convocatória. Como já tivemos oportunidade de referir, o atleta nunca aceitou as convocatórias. Pelo contrário. Convocado para os estágios, logo recursou comparecer mediante comunicação escrita dirigida pelo seu clube para a FPC.

Não cometeu, por isso, os factos típicos regulamentarmente previstos para que possa ser considerada cometida a infracção disciplinar de natureza leve “falta aos trabalhos, treinos, estágios e concentração da Selecção Nacional *depois de aceite a convocatória*”, tal como prevista no ponto 10.1, número 4, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD.

E será que podemos considerar que cometeu a infracção de natureza grave “incumprimento reiterado de ordens ou instruções emanadas dos órgãos competentes da Federação Portuguesa de Canoagem” prevista no ponto 3.4, alínea a), do Regulamento Disciplinar da FPC (RD)?

Julgamos que não.

De facto, o atleta, ao incumprir as duas convocatórias, desrespeitou ordem/instrução do Departamento Técnico da FPC – entidade esta que desenvolve funções que lhe são delegadas pelo órgão executivo Direcção. No entanto, pese embora se reconheça o preenchimento desta factualidade típica, entendemos que a falta a dois estágios não poderá assumir o sentido de comportamento reiterado, uma vez que o carácter reiterado de determinada prática pressupõe a sua *repetição sucessiva e ou prolongada no tempo*.

E a verdade é que, debruçando-nos sobre os factos constantes da acusação e sobre a prova produzida, não há nos autos elementos que permitam concluir que o incumprimento das convocatórias tenha ocorrido por mais que duas vezes. Nesta medida, ainda que existindo repetição, por uma vez, de um mesmo comportamento, não há, a nosso ver, circunstâncias que permitam concluir pela existência da tal repetição sucessiva e ou prolongada no tempo, o que, porventura, poderia suceder se, sendo o comportamento uniforme, assumisse uma certa continuidade; continuidade essa que não pode ser aferida apenas com base em dois episódios, como é o caso.

Pelo sobredito, é apenas a eventual prática de infracção leve de “recusa sem justificação em aceitar convocação para a selecção, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta





## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Competição” prevista no ponto 10.1, número 5, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD, que poderá estar em causa.

Pois bem.

Como vimos, pese embora o atleta tenha apresentado declarações emitidas pela Universidade a atestar a realização de defesas de trabalhos e uma frequência em alguns dos dias dos estágios, o certo é que, em momento algum, o atleta sequer tentou, junto da Universidade, a alteração de tais datas a fim de conciliar o cumprimento das suas obrigações desportivas com o cumprimento das obrigações escolares, exercendo os direitos que lhe assistem enquanto atleta de alto rendimento.

E assim, não podendo considerar-se suficientes as justificações apresentadas, teremos necessariamente de concluir que ambas as recusas são injustificadas, pelo que dever-se-ão julgar preenchidos os factos típicos que integram a infracção de “recusa sem justificação em aceitar convocação para a selecção, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição” prevista no ponto 10.1, número 5, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD, podendo porventura considerar-se praticadas duas infracções, tendo em conta a existência de dois comportamentos típicos.

Sucede, porém, que, nos termos do ponto 3.3. do RD, n.º 1, “[s]ão consideradas como infracções leves as que não forem classificadas como infracções graves ou muito graves”, acrescentando o n.º 2 que “[c]lassificam-se como infracções leves, entre outras, as decorrentes da não observância do Código de Conduta (Anexo I)”.

Ora, não existindo qualquer norma regulamentar a classificar a infracção “recusa sem justificação em aceitar convocação para a selecção, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição”, prevista no ponto 10.1, número 5, do Código de Conduta dos Praticantes da FPC – Anexo I do RD, como grave ou muito grave, terá a mesma de ser considerada leve, atento o disposto pelo ponto 3.3. do RD.

E, se assim é, teremos necessariamente de considerar tais infracções de natureza leve, efectivamente, prescritas.

Vejamos.

Os factos foram praticados a 13/11/2009 e a 05/12/2009 – data das recusas das convocatórias.

O processo foi instaurado pelo anterior CD da FPC no dia 10/02/2010 e, na mesma data, nomeado como Instrutor o Sr. Dr. Bruno Leite Carvalho, que autuou os autos a 11/02/2010.



## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Sucedde, porém, que, não obstante ter sido nomeado a 10/02/2010 e ter autuado o processo a 11/02/2010, o Sr. Instrutor Bruno Leite Carvalho não realizou, desde então, qualquer diligência processual, nem tão-pouco notificou o arguido da instauração do procedimento. Precisamente por isso, a 03/07/2011 – mas só então – o Sr. Presidente do CD cessante da FPC procedeu à substituição do Sr. Instrutor inicialmente nomeado pelo Dr. Sérgio Agostinho Ferreira. E, assim, só por iniciativa do novo Instrutor, levada a cabo a 30/11/2011, é que voltou a ser efectuada nova diligência processual mediante notificação ao arguido da instauração do processo. Processo esse que já havia sido instaurado a 10/02/2010, portanto, há mais de 1 ano e 8 meses.

Neste quadro, facilmente se verifica que, apesar de instaurado a 10/02/2010, o presente processo esteve totalmente parado, pelo menos, até ao dia 03/07/2011, data em que o Sr. Presidente do CD cessante da FPC procedeu à substituição do Instrutor.

*O processo esteve, pois, totalmente parado entre o dia 11/02/2010 e o dia 03/07/2011, portanto, durante 1 ano, 4 meses e 23 dias, sem que o Instrutor inicialmente nomeado tivesse efectuado qualquer diligência instrutória, tão pouco procedido à notificação da instauração do processo.*

Ora:

Dispõe o n.º 1 do ponto 5.8 do RD que as infracções disciplinares de natureza leve prescrevem ao fim seis meses, começando a contar o respectivo prazo a partir da data em que a infracção foi cometida. Acrescentando o n.º 2 que a prescrição se interrompe no momento em que é registada a instauração do procedimento disciplinar, voltando a correr o prazo se o processo permanecer parado mais de três meses por causa não imputável ao infractor<sup>1</sup>.

Considerando que as infracções foram praticadas a 13/11/2009 e a 05/12/2009 e o processo foi instaurado a 10/02/2010, o prazo de prescrição interrompeu-se (*rectius*, suspendeu-se) a 10/02/2010.

Porém, de 11/02/2010 até 03/07/2011 nada mais foi feito, seja pelo Sr. Instrutor Bruno Carvalho, seja pelo anterior CD. E, assim, o prazo de prescrição interrompido (*rectius*, suspenso) reiniciou a sua contagem a 11/05/2010. Pelo que, sendo o prazo de prescrição deste tipo de infracções de 6 meses, as infracções já estão prescritas desde Setembro e Outubro de 2010.

<sup>1</sup> Nos termos do n.º 2 do ponto 5.8. do RD diz-se que a prescrição se “interrompe” “voltando a correr o prazo”... Estamos, pois, perante manifesta confusão de conceitos, pois que, ao passo que a interrupção inutiliza todo o tempo já decorrido, a suspensão apenas determina que o prazo não comece ou não corra. Porém, caso cesse o facto que determinou a suspensão, o prazo volta a correr, não ficando inutilizado o tempo já decorrido (v. arts. 318º e ss do Código Civil). Estamos, portanto, em crer que o “legislador” quando escreveu “interrompe-se” quis dizer “suspende-se”, “voltando a correr o prazo...”.





## FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

Estavam já prescritos, portanto, quando o actual Conselho de Disciplina entrou em funções, a 6 de Novembro de 2012.

\*

### 6. Decisão

Nos termos e com os fundamentos expostos, acordam os Membros que constituem o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem em determinar o arquivamento dos autos.

\*

Notifique.

\*

Publique-se a deliberação no *site* na internet da Federação Portuguesa de Canoagem, em cumprimento do disposto pelo artigo 8º, n.º 1, al. b), do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, eliminando-se da publicação todos os dados pessoais relativos ao atleta, designadamente, o nome, número de licença federativa, morada, clube que representa.

\*

Sem custas, nos termos do ponto 9.8. do Regulamento Disciplinar.

\*

Vila Nova de Gaia, 1 de março de 2013

*Para a*  
*Assinatura*  
*[Assinatura]*